

L       E       I       Nº 1024/71

Data : 02 de dezembro de 1971.

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa, para o exercício de 1972.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L       E       I

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Bandeirantes, para exercício de 1972, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa, em Cr\$ 3.616.320,00 (três milhões, seiscentos e dezesseis e dezesseis mil, trezentos e vinte cruzeiros).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital na forma da legislação e das especificações constantes do anexo 2, de acordo com as seguintes fontes:

1.0 RECEITAS CORRENTES 3.264.320,00  
1.1 – Receita Tributária 561.000,00  
1.2 – Receita Patrimonial 6.000,00  
1.3 – Receita Industrial 11.000,00  
1.4 – Receita de Transferências Correntes 2.517.640,00  
1.5 – Receitas Diversas 168.680,00  
  
2.0 RECEITAS DE CAPITAL  
2.5 – Transferência de Capital 352.000,00  
TOTAL Cr\$ 3.616.320,00

Artigo 3º - A Despesa será realizada segundo o anexo A, conforme a seguinte discriminação:

0 – Governo e Administração Geral 622.700,00  
1 – Administração Financeira 233.000,00  
3 – Recursos Naturais e Agropecuários 7.220,00  
4 – Viação, Transportes e Comunicações 482.460,00  
5 – Indústria e Comércio 155.400,00  
6 – Educação e Cultura 693.300,00

7 – Saúde 88.740,00  
8 – Bem – estar Social 415.000,00  
9 – Serviços Urbanos 918.500,00  
TOTAL Cr\$ 3.616.320,00

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a programar a execução da Despesa em níveis compatíveis à realização da Receita, a fim de manter a execução desta Lei, dentro do equilíbrio orçamentário e a realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite de 10% (dez por cento) da Receita prevista.

Artigo 5º - As Despesas com Pessoal, material, serviços e encargos necessários à realização de obras, quando executados por administração direta, correrão à conta da consignação – 4.1.1.0 – Obras Públicas.

Artigo 6º - A execução orçamentária obedecerá no que couber, às disposições do Decreto – Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Suplementares nos limites e com as finalidades seguintes:

1 – Atender as insuficiências de dotações de Despesas Correntes, especialmente as relativas a encargos com o pessoal, utilizando como recurso, os constantes do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

2 – Atender a planos de aplicação de Fundos Municipais, financiados ou mantidos por Receitas com destinação específica, até o limite da arrecadação efetiva da Receita a que estiver vinculada, inclusive quando originada em Operações de Créditos autorizadas.

3 – Atender as Despesas em órgãos Industriais ou prestadores de serviços, até o limite do excesso da Receita por eles produzidas.

4 – Atender as demais despesas até o limite de 15% (quinze por cento) da Receita prevista na forma dos artigos 7º e 43º da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 8º - O controle externo de execução de Despesas será realizado através do Quadro demonstrativo de Despesa, anexo 2, A, parte integrante da Lei.

Artigo 8º - O controle externo de execução de Despesas será realizado através do Quadro demonstrativo de Despesa, anexo 2 A, parte integrante da Lei.

Artigo 9º - Consoante o disposto no artigo nº 66 da Lei Federal nº 4.320/64, o Poder Executivo Municipal, no Decreto que baixará normas de execução do Orçamento de 1.972, poderá no interesse da administração, cometer a Órgãos Centrais a movimentação de dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Artigo 10 - Durante o exercício de 1.072, havendo necessidade da movimentação de pessoal de uma para outra Unidade Administrativa, poderá, por Decreto, o Chefe do Executivo aplicar o disposto no artigo 66º, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 11º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei Federal nº 4.320/64.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 1971.

Luiz Meneghel  
Prefeito Municipal

Osmar Ortega  
Oficial Administrativo